Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 14 Nº 29, Julho - Dezembro de 2022
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Cartografias Existenciais de Mulheres na Prostituição

Existential Cartographies of Women in Prostitution

Luciana Codognoto*

Resumo: Nesta pesquisa, buscamos narrar as histórias de vida de mulheres adultas que se prostituem em um município interiorano e de pequeno porte populacional, localizado na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Para mapearmos as experiências vividas por essas diferentes mulheres na prostituição, recorremos à abordagem qualitativa de pesquisa em Psicologia, sustentada pelos aportes teóricos dos Estudos Culturais e *Queer* e pelo método da análise do discurso, de Michel Foucault (1996). A cartografia e a observação participante nos auxiliaram nas atividades de campo e na realização de entrevistas de longa duração com 10 (dez) mulheres cisgêneros que atuavam em diferentes territórios/espacialidades da prostituição da cidade, como bares, casas e ruas. Diversos fatores contribuíram para a entrada e a permanência de nossas participantes na prostituição, em especial os episódios recorrentes de violências estruturais e de gênero, vividos da infância à idade adulta. Outro ponto observado refere-se à particularidade da prostituição em pequenos centros urbanos e suas interlocuções com a Psicologia.
Palavras-chave: Psicologia. Relações de Gênero. Violência Estrutural.

Abstract: In this research, we seek to narrate the life stories of adult women who work as prostitutes in a small town in the countryside, located in the southeastern region of the state of Mato Grosso do Sul (MS). In order to map the experiences lived by these different women in prostitution, we resorted to the qualitative approach of research in Psychology, supported by the theoretical contributions of Cultural and Queer Studies and by the method of discourse analysis, by Michel Foucault (1996). Cartography and participant observation helped us in field activities and in conducting long-term interviews with 10 (ten) cisgender women who worked in different territories/spaces of prostitution in the city, such as bars, houses and

* Psicóloga. Doutora em Psicologia com Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP/Assis). Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPNA).

streets. Several factors contributed to the entry and permanence of our participants in prostitution, especially the recurrent episodes of structural and gender violence, experienced from childhood to adulthood. Another point observed refers to the particularity of prostitution in small urban centers and its interlocutions with Psychology

Keywords: Psychology. Gender Relations. Structural Violence.

Introdução

Nesta pesquisa, buscamos realizar cartografias das experiências existenciais de mulheres ligadas à prostituição feminina adulta em um município interiorano do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Importante destacar que a prostituição de mulheres adultas possui as suas particularidades, sobretudo quando associada a um determinado tipo de territorialidade, pensado a partir da ótica do interior.

Pensando nisso, realizamos esta pesquisa em uma cidade de pequeno porte populacional, localizada na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Trata-se de uma típica cidade interiorana, situada nos limites geográficos das divisas dos Estados de São Paulo e Paraná, contando com uma população em torno de cinquenta mil habitantes, tornando-se uma importante rota de passagem para homens e mulheres pela região e consequentemente um fator significativo para o surgimento das relações de sexo por dinheiro no município.

A tendência à universalização e aos reducionismos limita as análises que envolvem o complexo cenário das relações de gênero e das sexualidades do qual faz parte a chamada prostituição feminina adulta. Consideramos a prostituição de mulheres adultas como movimento e conjunto de forças culturais, econômicas, políticas, psicológicas e sociais que se entrecruzam em espaços e tempos determinados, tendo como finalidade principal a oferta de relações sexuais em troca de dinheiro.

Para fins de elaboração desta pesquisa, dividimos este estudo em três partes. Na primeira, discorreremos sobre os conceitos de gênero, raça/cor e classe social. Na segunda, apresentaremos o método utilizado na pesquisa, dando ênfase à cartografia, construída passo a passo com as nossas participantes. Por fim, apresentaremos as análises e discussões das histórias contadas pelas participantes da pesquisa a partir

de uma perspectiva que relaciona o tema prostituição, Estudos *Queer* e o método análise do discurso, de Michel Foucault (1996).

Marcadores Sociais, Marcadores de Diferenças: Diálogos sobre Gênero, Raça/Cor e Classe Social

Uma das mais claras e peremptórias discussões apresentadas na atualidade, tal como Teresa De Lauretis (1987) salientou em seus estudos, é àquela que faz referência às relações de gênero. Para ela, o gênero é produzido por uma tecnologia/maquinaria de produção, pautando-se em princípios médicos, religiosos, jurídicos e educacionais. A autora entende as relações de gênero a partir do gerenciamento e da produção de discursos, determinados pelas instituições e pelas chamadas tecnologias sociais – como o cinema e a literatura, por exemplo – que, respaldando-se na diferença sexual e tomando a biologia como aparato de regulação da vida humana, levam à construção e à disseminação de práticas reducionistas de controle dos corpos e das sexualidades.

Judith Butler (2013) tem promovido algumas problematizações sobre como a existência de uma matriz heteronormativa reitera e constrange, pela via dos discursos, as expressões das corporalidades – os corpos enquanto processos dinâmicos e abertos às novas e constantes significações culturais, sociais, históricas e políticas – limitando-as a um modelo padrão, de modo que todas as expressões corporais que escapam dessa matriz de inteligibilidade tendem a cair no enfoque da identidade e da abjeção, o que, consequentemente, impede/nega outras possibilidades de identificação.

Assim, quando retratamos as questões de gênero em interface a outros marcadores sociais, queremos dizer que eles se mostram atuantes na vida e no cotidiano das mulheres participantes desta pesquisa, conferindo-lhes posições marginalizadas na sociedade, onde seus direitos e suas vozes tendem a permanecer num plano oculto ou de anonimato. Esses aspectos nos permitem pensar nas palavras de Sinúes & Jiménez (2010) a respeito de como uma sociedade construída nos ideais de uma heterossexualidade normativa e obrigatória: "[...] levou a definir a própria natureza sexual da mulher (e do homem) mediante o 'controle' do que se espera dela,

[...], limitando e cortando seus comportamentos, em especial no terreno da sexualidade" (SINUÉS & JIMÉNEZ, 2010, p. 41).

Em nossa pesquisa, propomos o uso do marcador social raça/cor para problematizarmos as fronteiras que demarcam as possibilidades de pertencimento social e as práticas de cunhos racistas em decorrência de questões biológicas e fenotípicas, historicamente atuantes na construção de estigmas e marginalidades. Para Muniz (2010), o termo raça não está associado somente à cor da pele, mas também às relações de poder e de hierarquizações envolvendo pessoas e grupos sociais. Em outras palavras, trata-se da forma pela qual os sujeitos são percebidos uns pelos outros, um conceito, um constructo social, historicamente produzido, que tem apresentado significados políticos de extrema relevância para as experiências e vivências humanas, conforme evidenciou Fonseca (2004).

Tomando como exemplo os estudos realizados por Azerêdo (1994), Petruccelli & Saboia (2013) e Muniz (2010), entendemos que o termo raça é socialmente construído e fenotipicamente atribuído às pessoas e aos grupos sociais, que são reconhecidos pelas marcas de poder inscritas sobre seus corpos. Assim, os recortes raciais e a consequente formação dos discursos racistas estabelecem fronteiras a serem ocupadas por brancos e negros na sociedade, conferindo-lhes diferentes lugares, que vão desde a concessão de privilégios até os espaços permeados por disparidades e restrição de direitos.

Tais aspectos podem ser observados nos diferentes indicadores sociais, apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2013) que, em suas diversas análises, apontam que as mulheres negras e pardas apresentam índices mais baixos de escolaridade, piores condições de moradia, possibilidades mais escassas de trabalho, posições menos qualificadas de emprego e pior remuneração no mercado de trabalho, sofrendo em decorrência de condições não dignas de vida se comparadas às mulheres brancas e de classe média. Este número tende a saltar ainda mais se confrontamos as condições enfrentadas pelas mulheres negras às dos homens brancos no Brasil, assinalando a emergência e atuação das questões de gênero, classe e raça/cor nas práticas de discriminação e privilégios na sociedade.

Há que mencionarmos que, no âmbito das pesquisas acadêmicas, sobretudo quando pensamos nas discussões suscitadas pela Psicologia, ainda nos deparamos com um número incipiente de produções e análises voltadas aos estudos da raça/cor. O que queremos dizer com tudo isso é que os recortes raciais, assim como os outros conceitos discutidos nessa pesquisa, não são informações neutras, mas se expressam como categorias permeadas por relações de poder, que dificultam ou até mesmo impedem a entrada de novas vozes nos debates políticos e nas bases que fundamentam as mais variadas desigualdades, tal como enfatizou Azerêdo (1994).

Já a classe social se refere ao modo como as sociedades modernas têm se organizado sob o ponto de vista econômico, político, cultural e social, visando definir os níveis de hierarquia financeira, política e de pertencimento das pessoas na sociedade. São atravessadas por relações de poder e, consequentemente, representam a estruturação e a perpetuação de diferentes desigualdades, inferindo na demarcação de lugares e posições a serem ocupadas pelos sujeitos na estrutura produtiva.

Esses marcadores sociais – tanto de gênero como de raça/cor e classe social – deixam transparecer, sobremaneira, os diferentes posicionamentos de *status* e de participação das pessoas na sociedade, colaborando para ausências e/ou garantias/manutenção de atos que visam garantir-lhes o livre-arbítrio e a liberdade de escolha. Eles nem sempre se apresentam de forma explícita e mensurável na vida das pessoas. Ao contrário, tais posicionamentos poderão manifestar seus reflexos através de tratamentos desiguais e hierarquizados, dificultando o acesso de muitos/as no âmbito da participação social e política, gerando desigualdades, seja de ordem econômica, social, racial ou sexual e de gênero.

A chamada pirâmide social – esculpida pelas variáveis de gênero, classe e raça/cor – deixa transparecer importantes retratos dessas desigualdades, ainda muito presentes em nossos dias, conferindo privilégios a poucos, enquanto marginaliza e exclui a muitos. Quando associamos os estudos da classe social a outros marcadores de diferenças, podemos chegar a uma melhor problematização das analogias de poder que condicionam e limitam novas possibilidades de existências – em especial de mulheres invisibilizadas e silenciadas nos discursos sociais e acadêmicos, como as mulheres ligadas ao contexto da prostituição.

O Percurso Metodológico

Em nosso estudo, recorremos à abordagem qualitativa de pesquisa em Psicologia. Dentro do contexto da pesquisa qualitativa, utilizamos, como método, à cartografia. Por meio da cartografia, foi possível elucidar os pontos obscuros que permeavam o nosso campo de investigação, nos auxiliando a pensar o percurso da pesquisa de maneira processual e heterogênea, a partir de dois importantes enfoques, como já salientado nas discussões propostas por Romagnoli (2009). O primeiro, ao atuar no âmbito metodológico – nos auxiliando a problematizar o percurso da pesquisa e o nosso trajeto metodológico enquanto produções constantes – e, o segundo, ao operar conceitualmente, através de novos olhares direcionados à prostituição feminina adulta em pequenos centros urbanos.

Inspirada nas ideias de Gilles Deleuze & Felix Guatarri (1995), a cartografia se apresenta como um rizoma – um sistema conceitual aberto, que não tem começo e nem fim, que está sempre no meio, no intermezzo. Ademais, pode ser caracterizada enquanto "estratégia de produção do conhecimento" (SILVA, 2005), "método de pesquisa-intervenção utilizado em pesquisas de campo voltadas aos estudos das subjetividades" (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009) e como "crítica ao modelo tradicional de conceber as pesquisas de campo em Psicologia" (ZAMBENEDETTI & SILVA, 2011). Daí a importância de pensarmos a cartografia enquanto forma de fazer pesquisa na Psicologia, uma vez que ela visa romper com os chamados equilíbrios estabelecidos e com as leituras monótonas da realidade, passando a operar nos movimentos, nas processualidades e no campo das experimentações.

De acordo com Passos, Kastrup e Escóssia (2009, p. 17), a cartografia se caracteriza enquanto traçados de planos de experiências. Para os autores: "Realizar uma reversão no sentido tradicional de método – não mais caminhar para alcançar metas pré-fixadas, mas o primado que o caminhar traça, no percurso, suas metas" – são tarefas importantes a serem realizadas pelo/a cartógrafo/a. Neste sentido, realizamos as entrevistas desta pesquisa entre os meses de maio e dezembro do ano de 2014, gravadas por meio de um gravador de áudio e transcritas para a posterior aprovação das entrevistadas, visando à publicação integral/parcial de seus relatos, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE. Estiveram respaldadas em um roteiro previamente elaborado por nós, abarcando

mais do que perguntas, ou seja, o que denominamos de eixos disparadores, possibilitando espaços para que nossas participantes pudessem falar em nome próprio, tal como salientou Spivak (2010).

As entrevistas foram realizadas com 10 (dez) mulheres cisgêneros adultas, que residiam e/ou trabalhavam no município pesquisado. Foram realizadas individualmente e em locais indicados pelas participantes, de maneira que não ocasionasse nenhum tipo de desconforto ou prejuízo no âmbito do trabalho, da vida pessoal e da quebra de sigilo de quaisquer dados que as pudessem identificar.

Por meio da cartografia, acompanhamos registros de importantes momentos vivenciados pelas participantes da pesquisa. A partir de seus consentimentos, observamos as relações estabelecidas com suas famílias – filhos/as, companheiros/a e pais. Presenciamos, ainda, a visita de clientes durante o momento de realização de entrevistas, que, ora ficavam nos bares – batendo papo e consumindo bebidas individualmente ou no balcão com as mulheres –, ora se dirigiam para os cômodos dos fundos da residência, sempre grupos de homens acompanhados por um coletivo de mulheres da casa.

A análise dos dados coletados será contemplada mediante a análise do discurso, proposta por Michel Foucault (1996), somando-se às contribuições teóricas elencadas pelos Estudos Culturais e *Queer*. Salientamos que os nomes citados durante esta pesquisa foram escolhidos pelas próprias participantes, a partir de uma lista apresentada a elas, constando apenas títulos e significados de pedras preciosas. Esta lista serviu para dar visibilidade aos preciosos discursos e à riqueza de histórias contadas por elas, ao mesmo tempo em que possibilitou o resguardo de suas identidades.

Por fim, optamos por não fazer referência direta ao nome do município onde ocorreu este estudo, de forma a não utilizarmos informações muito evidentes da prostituição local, uma vez que se trata de uma cidade interiorana, com uma população estimada de cinquenta mil habitantes, dados relevantes que, se mencionados, poderiam colaborar para a identificação das entrevistadas e para a quebra do respaldo ético de nosso estudo.

No segundo volume da *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*, Foucault (1984) nos alerta para a necessidade de voltarmos olhares às sexualidades tidas como normativas ou dissidentes a partir de uma perspectiva genealógica, de modo a refletir como elas, ao longo do tempo, têm determinado modos muito particulares de subjetivação e silenciamento e/ou privilégios para uns/as e outros/as na sociedade. Para o autor, esta discussão em torno das sexualidades mostra-se associada a formas historicamente singulares de saber-poder-prazer, além de se apresentarem enquanto importantes organizadores das relações sociais e sexuais, mediadas pelo poder punitivo advindo do saber médico e dos códigos morais e das leis e pelas práticas disciplinares de controle e vigilância dos corpos e dos prazeres.

Podemos avistar uma acentuada multiplicação dos discursos sobre os sexos e as sexualidades em contínuo exercício com o poder normatizador, mediante atuações de mecanismos de controle, vigilância, interdição e punição das práticas sexuais e de vidas dissidentes, não voltadas ao casamento heterossexual e à procriação. Para Foucault (1988), os discursos historicamente construídos sobre as sexualidades na sociedade moderna foram sustentados por quatro grandes dispositivos, a saber: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização de condutas de procriação e, por fim, a psiquiatrização do prazer perverso. Todos esses dispositivos sustêm os mais diversos saberes sobre a prostituição, atribuindo a ela um caráter unívoco de perversidade e imoralidade.

Esses jogos de poderes e de constantes disputas políticas, segundo bem afirmou Foucault (1984), possuem relação direta com outros dispositivos – como o gênero, as raça/cor, a classe social e os territórios – produzindo recortes diferenciados dos corpos e dos estigmas vividos por muitas mulheres na prostituição. Assim, para demarcarmos como as participantes desta pesquisa vivenciam as diferentes relações que envolvem muito mais do que o sexo pelo dinheiro, precisamos, primeiramente, problematizar como foram construídas suas histórias de vida. Estas discussões estão pautadas nos relatos de suas mais tenras experiências sobre o sexo e as sexualidades, vividas durante seus períodos de infância e adolescência, conforme expressou Rubi:

> Minha mãe sempre foi assim: muito fechada com a gente! Tudo o que a gente descobriu sobre o corpo, a sexualidade da gente, minha mesmo, a gente descobria sozinha, porque a minha mãe nunca foi àquela mãe de chegar e explicar: 'olha, é assim que funciona' [...]. Eu casei e tive que me explicar, aprender tudo sozinha, coisas que meu marido, com o tempo, veio me explicando, me acalmando! Ele tinha 18 anos na época, era maior de idade. Minha irmã mais velha casou de 14 para 15 anos, só que ela nunca chegou a falar disso, talvez, pelo jeito que minha mãe foi criada, você entende? Ela criou as filhas. Quando eu menstruei, eu menstruei na escola. Eu entrei em pânico! Para você ter uma noção, eu menstruei dentro da sala de aula. Eu gritava! Eu tinha 10 para 11 anos. Eu não sabia o que era aquilo! Eu entrei em pânico dentro da escola! Quem me explicou o que era aquilo foi a diretora da escola. Eu aprendi tudo sozinha, mesmo! Eu falo assim: 'que a minha escola, mesmo, foi a Vida!' Foi ela quem me ensinou, porque, dentro de casa, eu não tive estas explicações! (RUBI, 34 anos. Entrevista realizada em 29 de julho de 2014).

Podemos perceber, na fala de Rubi, traços importantes de uma educação familiar conservadora no que concerne ao exercício e à expressão da sexualidade. Isto ficou ainda mais evidente quando a nossa entrevistada nos relatou sobre o momento de sua primeira menstruação, marcada por sentimentos de desamparo, medo e confusão frente a uma realidade, até então, desconhecida por ela. A vida, pronunciada por ela e por tantas outras mulheres que entrevistamos, foi a grande escola e o local onde vivenciaram sozinhas e/ou com o apoio de terceiros – como as amigas e o casamento, por exemplo – suas primeiras experiências com a sexualidade e, mais propriamente ditas, com o sexo. Este episódio referente à menarca também foi marcante na vida de muitas outras participantes, dentre elas, Esmeralda e Safira:

> Minha mãe não me ensinava isso, porque a vida da minha mãe era muito corrida. Com o tempo, eu fui crescendo e me desenvolvendo sozinha. A primeira vez que eu menstruei, achei que era o fim do mundo, porque minha mãe nunca falou nada para mim. Estava na casa de uma amiga e começou a descer de uma vez e eu comecei a gritar, achando que era alguma coisa, e levei uma surra ainda! Menstruei aos 12 anos. (ESMERALDA, 30 anos. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2014).

> Então, a sexualidade, fui descobrir por mim mesma, com as amigas. Quando menstruei, eu gritei, não sabia o que era aquilo. Eu ia para praia num dia, menstruei com 09 anos de idade, então, foi tudo muito precoce. Eu lembro que eu sentei no vaso, estava de biquíni, e comecei a sangrar. Olhei e falei: "mãe, estou cortada! Estou doente, mas não sei do quê!" Aí, ela falou que eram as 'regras' e que iriam vir

> todo mês (SAFIRA, 49 anos. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2014).

A menarca, também conhecida como a primeira menstruação, foi um episódio marcante na vida de Rubi, Esmeralda e Safira, potencializada por uma educação familiar que negava o direito à informação e inibia o diálogo, produzindo e nos fazendo lembrar o que Foucault (1988) denominou "de uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora". Aprender com a Vida, aqui, podemos mencionar os exemplos trazidos por muitas delas – a rua, a escola, as amigas e o próprio casamento –, foram seus lugares de refúgios e de respostas para muitas inquietações, uma vez que não encontravam espaços para dialogar sobre esses assuntos com suas famílias. Palavras, como: "entrei em pânico", "comecei a gritar", "achei que estava cortada", "minha escola foi a vida" e "aprendi tudo sozinha" nos apontam para a necessidade de problematizarmos as questões de gênero enquanto importantes dispositivos de saber e poder em uma sociedade com bases e valores patriarcais.

Piscitelli (2002) enfatiza o conceito de patriarcado enquanto uma naturalização de fenômenos históricos, sociais e contingentes, marcado por relações políticas e de poder do masculino. Em uma pesquisa mais recente, Souza (2002) enumera as marcas geradas pelo sistema patriarcal na vida de mulheres que intentam romper com os chamados limites tradicionais de gênero e da raça/cor, dentre elas, as diferentes formas de violências contra as mulheres, o controle do corpo e da sexualidade feminina, a participação desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho e a acentuada feminização da pobreza. Todos esses aspectos se materializam na forma pela qual as participantes desta pesquisa constroem suas subjetividades a partir da prostituição.

Para Rodrigues (2009), esta ampla relação entre prostituição e violência abarca discussões muito complexas e que extrapolam o simples ato de nomear/enquadrar as mulheres em uma determinada categoria – a de ser prostituta. Precisamos, a exemplo de Donna Haraway (1995), problematizar estas questões longe de vieses generalizantes e deterministas. Precisamos pensá-las a partir do que a autora denomina de Saberes Localizados. Com base nestas informações, podemos afirmar que a violência não seria um fator único para a entrada de muitas mulheres

na prostituição, mas, um olhar a mais para desenvolvermos as nossas análises se somadas às questões do patriarcado e da educação familiar conservadora e, por vezes, violenta que a maioria de nossas participantes vivenciou durante os períodos de suas infâncias e adolescências:

> Lembro, até hoje, que eu estava estudando para fazer uma prova de história e meu pai falou que eu não iria sair, porque a minha mãe estava voltando da faculdade, ela fazia Psicologia. Ele queria sair com a minha mãe e falou para eu ficar em casa. Eu falei para ele que iria fazer a prova e que depois ele sairia. Parece uma situação que 'futuca' para um brigar com o outro. Aí, eu com raiva e meu gênio não é fácil, passei a mão na planta e derrubei-a no chão. Ele desceu bravo, pegou um remo de barco e me bateu, que eu tenho marca até hoje. Eu larguei os meninos com a minha mãe, arrumei a mala e fui embora de casa Aí, eu conheci uma senhora, que: gente, uma menina de 18 anos sair de casa a noite, para onde é que iria? Não era para um lugar bom! Mas, naquela época, eu não iria pensar o que eu penso hoje. Eu queria me livrar daquela situação, estava com raiva, o meu gênio era forte e eu tinha jurado para ele que nunca mais pisava os pés na casa dele, não para morar! E eu nunca mais pisei (SAFIRA, 49 anos. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2014).

Esses dispositivos de poder estão refletidos na forma pela qual foram construídas as histórias de vida e as experiências com as sexualidades e com o poder patriarcal por nossas participantes, como Safira, que, desolada após sofrer agressões físicas por parte do pai, foi em busca de um lugar, ainda que estranho, que a pudesse acolher. Esses aspectos foram fortemente percebidos na fala de outras mulheres que entrevistamos, impulsionando muitas delas a seguirem outros caminhos até chegarem à prostituição.

A família, lugar de onde se espera aconchego, carinho e proteção, foi o lugar, por excelência, de diferentes manifestações de violências de gênero na vida das participantes desta pesquisa. O poder patriarcal e o machismo ficaram muito evidentes quando Ônix nos relatou o fato de seu pai não aceitar "ter uma filha mulher em casa" – porque sonhava em ter apenas filhos homens – e o casamento, naquele momento, se apresentou como a saída mais rápida para se distanciar dos olhos de seu agressor. Esses aspectos se somam às histórias de vida de outra entrevistada, que nos narrou um doloroso momento de abjeção vivido em sua família:

> A minha mãe já trabalhava com isso (prostituição). Foi a vida dela, desde quando ela era casada. O meu pai sabia e nunca falou nada. Por isso, ele não me dava carinho. Falava que eu não era filha dele. Mas isso era só comigo, com os meus irmãos, não (PÉROLA NEGRA, 25 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

Em prantos, Pérola Negra nos contou momentos tristes de sua infância e o tímido contato afetivo que construiu com os pais. Sua mãe trabalhava em um dos bares de uma pequena cidade do Estado de São Paulo, onde também fazia programas. Seu pai tinha conhecimento da atividade da esposa, não manifestando opiniões a esse respeito. Por ser a primogênita e a única filha negra do casal – os demais eram pardos –, o pai não a reconhecia enquanto filha, esquivando-se de qualquer afeto com ela.

Na condição de diferença – seja pela não realização de um sonho de ter um "filho homem" ou em decorrência da cor da pele diferenciada dos irmãos –, que podemos pensar na abjeção dessas mulheres no plano do desejo de seus pais. Por isso, elas se tornam "matáveis", como bem afirmou Donna Haraway (1995), entendidas como aquelas pessoas não inscritas na categoria de reconhecimento e, consequentemente, não percebidas como humanas. Nas palavras de Toledo (2013, p. 55): "[...] a abjeção se torna o espaço da dessemelhança e da não identidade, de perda de sentido do humano". Ou seja, a partir do momento em que estas mulheres, ao nascerem, rompem com um modelo identitário sonhado por seus pais, elas se afastam do reconhecimento de filhas, e, por conseguinte, perdem o carinho e os direitos que deveriam estar presentes nesta relação, caindo em um plano de invisibilidade e abjeção.

Esses momentos de violências e de abjeções se estenderam para a idade adulta de muitas delas, evidenciando situações importantes de desamparo, vivenciadas inicialmente no seio familiar, e que se somaram à participação do Estado, culminando no que poderíamos denominar de Violência Estrutural. Para Cruz Neto & Moreira (1999), este tipo de violência encontra-se enraizado na estrutura da sociedade capitalista – por isso, recebe o nome de estrutural – uma vez que o Estado passa a privilegiar uma parte da população em detrimento de outras. Como consequência, este processo acaba por intensificar uma série de exclusões, restringindo o acesso de muitas pessoas à conquista de direitos básicos e de vidas mais dignas.

Este processo mostrou-se bastante evidente em nossa pesquisa. Em relação à escolaridade de nossas participantes, um dos quesitos mais importantes para se ter melhores condições de vida e acesso à participação social, destacamos os seguintes dados: 01 (uma) mulher com ensino fundamental incompleto, 03 (três) com ensino fundamental completo, 02 (duas) com ensino médio incompleto e 04 (quatro) com ensino médio concluído. Ademais, avistamos a presença de outros marcadores de poder, dentre eles: a presença de 03 (três) mulheres negras, 05 (cinco) pardas e apenas 02 (duas) mulheres brancas no quadro de participantes desta pesquisa – que, apesar de compor apenas uma amostra, evidencia dados muito mais amplos da prostituição no município pesquisado – e as questões de gênero, que, ainda hoje, contribuem para a manutenção de alarmantes disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, segundo atestam as pesquisas de Bruschini (2007) e Hirata & Kèrgoat (2007).

Os dados nos apontam para a dificuldade, ainda maior, dessas mulheres em conquistarem um emprego com remuneração mais justa e com direitos garantidos em lei. O fato de serem mulheres, não brancas, pobres, com baixa escolaridade e atuantes na prostituição possibilita a maior exclusão social e a falta de oportunidades e de direitos para muitas delas. Neste contexto, a prostituição passa a se apresentar como uma alternativa de vida digna – por acreditarem que "vender o corpo seria melhor do que estar envolvida em crimes" – e, principalmente de subsistência da família, segundo destacou duas de nossas entrevistadas:

> Dinheiro para os meus filhos! Pelo dinheiro, mais pelos meus filhos, porque eles pediam: 'ai mãe, eu quero aquela roupa' e, às vezes, era uma roupa de marca e eu falava para o meu filho que 'não'. Daí, eu fui lá e comprava para eles as melhores roupas, os melhores calçados. Acho até que eu estou sendo errada de mimá-los. Tudo o que eles pedem pra mim, eu dou. Mas, eu não consigo falar não. E com o meu salário, eu não poderia comprar. Tem três meses que eu faço programas. Comecei quando os meus filhos ficavam pedindo as coisas para mim e eu não tendo o dinheiro para comprar, uma amiga olhou para mim e disse: 'eu sei onde você consegue um jeito fácil de conseguir dar as coisas para os teus filhos'. Meu filho tinha pedido um tênis da *Nike* para mim que custava R$ 300 reais. Eu falei: 'filho, não vai dar. Está muito caro!' Daí ele falou: 'mamãe, eu quero, mamãe!' Eu consegui o dinheiro e dei o tênis para ele. Foi a maior felicidade do mundo: sair com aquele tênis na rua (ÔNIX, 18 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

> Não tive infância. Casei com 13 anos de idade. Fiquei casada por quatro anos. A minha infância foi bem complicada. Praticamente, não tive infância. Sempre trabalhei no sítio e um pai muito rígido que não aceitava uma filha mulher em casa. A gente morava num sítio e lá a gente fazia de tudo: limpar quintal, apartar bezerro, tirar leite, trabalhar na casa do patrão: tudo o que tinha para fazer no sítio, a gente fazia. Eu tinha dos 06 aos 13 anos, até quando eu me casei para sair da fazenda, para não ter de suportar mais o meu pai e a minha mãe (ÔNIX, 18 anos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014).

O trabalho no campo, os afazeres domésticos e o trato dos animais se somam à educação familiar conservadora e aos modelos de família em que o patriarcado é a principal referência de educação. Na vida de Ônix, isso não foi diferente. Após ser abjetada do desejo de seu pai – que sonhava em ter apenas filhos homens –, passou a assumir as tarefas domésticas e as do campo. Depois da separação dos pais e de engravidar de seu primeiro filho, mudou-se para a cidade, trabalhando como diarista em casas de famílias. A prostituição, segundo ela, seria uma forma de complementar a renda financeira, uma vez que, além do sustento dos dois filhos, teria que manter a mãe, com transtornos mentais graves, e custear as despesas da casa, bem simples e afastada do centro da cidade.

A partir disso, podemos pensar a prostituição em nosso campo de estudos a partir de um ideal cristão, burguês e capitalista de consumo e aquisição de bens e que participam dos processos de subjetivação coletiva feminina. Nossas participantes não escapam dessas demandas desejantes, quais sejam, a prostituição e sua reprodução com modelo familiar tradicional – como Rubi, que sonhava em ter sua casa própria; Safira, que utilizou seus antigos contatos na prostituição para pagar a dívida de drogas de um de seus filhos no Estado do Rio de Janeiro, e Ônix, que lutava para dar uma vida digna aos filhos, juntamente com Ágata e Pérola Negra. O sexo com fins comerciais surge como importante forma de atingir objetivos, um meio pelo qual muitas de nossas participantes também são mães e onde as várias feminilidades – que se entrecruzam na dicotomia de a mãe/santa e a prostituta/puta – passam a habitar o mesmo corpo.

Em *As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema*, Ribeiro (2010) destaca que um grande número de mulheres que se prostituem também é mães – 75% da amostra de sua pesquisa – evidenciando, além da maternidade precoce e da gravidez acidental e/ou decorrente

de enamoramento casual, a condição de responsabilidade feminina – principal e/ou exclusiva – no sustento e na criação dos filhos. Em nossa pesquisa, 09 (nove) de um número total de 10 (dez) participantes possuem filhos. Para Penha *et al.* (2012), muitas mulheres com condições socioeconômicas desfavoráveis, com baixo nível de escolaridade e marcadas pela pobreza e escassez de melhores possibilidades de trabalho, são empurradas para as práticas que evolvem o sexo por dinheiro, tornando-se uma das principais características da prostituição em cidades interioranas do Brasil.

Observamos que a prostituição apresenta traços muito peculiares em cidades do interior do país, principalmente em nosso campo de investigação. O mais importante deles refere-se à prostituição enquanto meio pelo qual muitas mulheres são mães. Por meio da prostituição, muitas dessas mulheres salvam vidas, a partir do momento em que alimentam seus filhos, ainda pequenos, com o dinheiro obtido dos programas até quando se utilizam de antigos contatos da prostituição para tirarem os filhos, já adultos, do tráfico e consumo de drogas, conforme nos relatou Safira.

Percebemos nos relatos trazidos por nossas participantes aproximações das imagens de mãe/santa e a prostituta/puta; mulheres que são santas, quando salvam vidas, e putas, quando vivenciam sexualidades não permitidas, por serem desregradas e tidas como imorais. Afirmamos não ser possível dissociar estas imagens, uma vez que elas caminham juntas e carregam paralelamente histórias de sofrimento e de superação de muitas dessas mulheres nos territórios marginais e paradoxais da prostituição – paradoxais, porque, ao mesmo tempo em que acolhem, isolam estas mulheres em contraespaços não destinados à visibilidade e à participação na ordem do discurso.

Considerações Finais

Realizamos, neste estudo, cartografias das experiências existenciais de mulheres ligadas às relações de sexo por dinheiro em um pequeno centro urbano no interior do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Ao longo da pesquisa, observamos histórias fortemente marcadas por violência estrutural e de gênero, enquanto escapes para resoluções de conflitos mal resolvidos durante a infância e também como possibilidades outras de vivência e de expressão da feminilidade.

Podemos dizer que muitas de nossas participantes buscaram no ambiente da prostituição lugares que as acolhessem das afrontas físicas, morais, psicológicas e sexuais vividas no seio familiar, com seus pais e companheiros, associadas à ocorrência de violência estrutural, gerada por um Estado que não tem possibilitado e, até mesmo dificultado, a equidade de direitos às pessoas não reprodutoras das questões dominantes de gêneros, das raça/cor e de classe social. Também evidenciamos que a prostituição atua como forma de subjetivação de muitas mulheres, a partir do momento em que elas se constituem mulheres, trabalhadoras, mães e arrimos de família.

Longe de esgotarmos os debates sobre a prostituição feminina adulta e os dilemas envolvendo vidas abjetas, esperamos que as vozes de mulheres que se prostituem possam ser ouvidas em suas singularidades e longe de quaisquer determinismos e/ou generalizações. Acreditamos que os objetivos propostos neste estudo foram alcançados e esperamos ter, de alguma forma, contribuído para o prosseguimento de tantas outras problematizações sobre as experiências e as trajetórias trilhadas por mulheres em situação de prostituição em pequenos centros urbanos e em cidades do interior do Brasil, com todas as particularidades e riquezas paradoxais de vidas que pulsam, sangram e clamam por respeito e por condições dignas de existências.

Referências

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. Teorizando sobre gênero e relações raciais. Revista **Estudos Feministas,** v.2, p. 203-216, 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa,** v.37, p. 537-572, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.4, p. 33-52, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. v.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Os negros no trabalho**, v.1, p. 01-26, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loiola, 1996.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5, p. 07-41, 1995.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa,** v. 37, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília: IPEA, 2011.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 206-242.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, p. 277-291, 2010.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PENHA, Jardeliny Côrrea da; et al. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, p. 984-990, 2012.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Org). Características étnico-raciais da população. In: _____. **Estudos e análises –** informações demográficas e socioeconômicas. Rio de Janeiro: IBGE, p. 187-190, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**. Campinas: IFCH/Unicamp, p. 07-42, 2002.

RIBEIRO, Manuela. As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema. **Anais do V Congresso Português de Sociologia**. Portugal: Universidade do Minho, 2010.

RODRIGUES, Marilena Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Kátal**, v. 12, p. 68-76, 2009.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 21, p. 166-173, 2009.

SILVA, Rosane Neves da. **A invenção da psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2005.

SINUÉS, Olga Arisó; JIMÉNEZ, Rafael Mérida. **Los géneros de la violencia:** uma reflexión queer sobre la violencia de género. Barcelona/Madri: Egales Editorial, 2010.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos:** sociedade, cultura e lazer em Capina Grande (1945- 1965). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TOLEDO, Lívia Gonsalves**. "Será que eu tô gostando de mulher?":** tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, 2013.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 454-463, 2011.

Recebido em Fevereiro de 2022
Aprovado em Abril de 2022